



Estratégia

CONCURSOS

Aula 16 - Parte II

Contabilidade Geral p/ Auditor Fiscal do Trabalho - AFT 2017 (Com videoaulas)

Professores: Gabriel Rabelo, Júlio Cardozo, Luciano Rosa

AULA 16 (PARTE II): CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE**SUMÁRIO**

1	BEM-VINDO.....	1
2	CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE	1
2.1	CONCEITOS BÁSICOS.....	2
2.2	AJUSTE A VALOR PRESENTE NA LEI 6.404/76.....	2
3	POR QUE UTILIZAR O AJUSTE A VALOR PRESENTE?	3
4	OBJETIVO	4
5	ALCANCE	4
6	MENSURAÇÃO	6
7	RISCO E INCERTEZA: TAXA DE DESCONTO	11
8	RELEVÂNCIA E CONFIABILIDADE	11
9	EFEITOS FISCAIS	12
10	DIRETRIZES MAIS ESPECÍFICAS	12
11	CONTABILIZAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE	13
11.1	EXEMPLO 1 – CONTABILIZAÇÃO DO AVP – VENDA A PRAZO:	13
11.2	EXEMPLO 2 – COMPRA A PRAZO:	17
11.3	EXEMPLO 3	19
12	DIVULGAÇÃO	22
13	RESUMO GERAL	23
14	QUESTÕES COMENTADAS	27
15	QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	46
16	GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA.....	53

1 BEM-VINDO

Olá, meus amigos. Como estão?!

Sejam bem-vindos a mais uma aula do curso de **Contabilidade Geral** para **AFT**. Nesta aula, trataremos basicamente dos itens seguintes do edital.

Aula 16: CPC 12. Ajuste a valor presente.

Precisando, já sabem que estamos à disposição total.

Vamos em frente!

Um forte abraço e excelentes estudos.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa

Periscope: @gabrielrabelo87 e @proflucianorosa

2 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Atenção! Vamos trazer os principais pontos do CPC 12, mas tenha em mente que os pontos mais cobrados sobre o ajuste a valor presente são:

1) Lei 6.404/76 (vista a seguir).**2) Contabilização do Ajuste a Valor Presente na compra e venda.****2.1 CONCEITOS BÁSICOS**

Antes de começarmos a trabalhar com a norma que versa sobre o ajuste a valor presente devemos nos perguntar: **o que é ajuste a valor presente?**

**ATENÇÃO
DECORE!**

Ajustar algo a valor presente é, em lição comezinha, **trazer um valor que está previsto para se realizar em data futura a termos monetários de hoje.**

Valor presente também pode ser definido como o montante ajustado em função do tempo a transcorrer entre as datas da operação e do vencimento, de crédito ou obrigação de financiamento, ou de outra transação usual da entidade, mediante dedução dos encargos financeiros respectivos, com base na taxa contratada ou na taxa média de encargos financeiros, praticada no mercado.

É simples, uma obrigação que custa R\$ 110.00,00 e tem R\$ 10.000,00 de juros embutidos (contando de hoje), terá valor presente de R\$ 100.000,00. A lógica é esta.

2.2 AJUSTE A VALOR PRESENTE NA LEI 6.404/76

O ajuste a valor presente, chamaremos de AVP, é inovação da Lei 11.638/2007 (que modificou a contabilidade)? Na verdade, não! A Instrução CVM 64 (hoje sem eficácia) já previa a sua utilização para companhias abertas. **A Lei 11.638/07 incluiu o tema na Lei 6.404/76** da seguinte forma:

**ESTA CAI
NA PROVA!**

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

Elementos	Período	AVP?
Ativo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante
Passivo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante



(FCC/Auditor Fiscal/ISS SP/2012) As obrigações de curto prazo com fornecedores devem ser ajustadas ao seu valor presente, quando houver efeito relevante.

Gabarito → Correto.

(CESPE/Contador/CADE/2014) Quando houver efeito relevante, os itens do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo devem ser ajustados a valor presente.

Gabarito → Correto.

3 POR QUE UTILIZAR O AJUSTE A VALOR PRESENTE?

As **vendas e as compras, quando feitas a prazo, inserem no valor da operação, juros e encargos financeiros referentes à remuneração de um capital no futuro.**

Assim, **a contabilização pelo valor nominal faz com que essas operações sejam demonstradas de forma superavaliada no Balanço Patrimonial.** Fica difícil, **também, diferenciar o resultado financeiro do resultado realmente apurado com operações da atividade empresarial.** O ajuste a valor presente (AVP) veio para que possamos dirimir esse problema.

Assim, se determinada empresa compra mercadorias para pagar daqui a três anos, no montante de R\$ 150.000,00, com encargos de R\$ 25.000,00, qual o seu valor presente, isto é, hoje? Resposta: $R\$ 150.000,00 - R\$ 25.000,00 = R\$ 125.000,00$. Lógico que não é tão simples assim, mas segue esta linha.

Objetivos do ajuste a valor presente:

- Evitar que as demonstrações sejam superavaliadas.
- Diferenciar o resultado financeiro do resultado com as operações da atividade.

Vistos estes pontos iniciais, passemos à análise da norma (CPC 12).

4 OBJETIVO

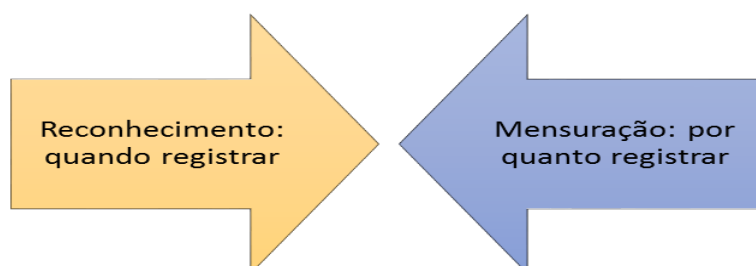
1. O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis, dirimindo algumas questões controversas advindas de tal procedimento.

2. A utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos. Se ditas informações são registradas de modo oportuno, (...), obtêm-se demonstrações contábeis com maior grau de relevância – característica qualitativa imprescindível.

5 ALCANCE

4. Este Pronunciamento trata essencialmente de questões de mensuração, não alcançando com detalhes questões de reconhecimento. É importante esclarecer que a dimensão contábil do “reconhecimento” envolve a decisão de “quando registrar” ao passo que a dimensão contábil da “mensuração” envolve a decisão de “por quanto registrar”.

Importante: mensuração difere de reconhecimento



Reconhecimento é o processo que consiste em incorporar ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado um item que se enquadre na definição de um elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento.

Envolve a descrição do item, a atribuição do seu valor e a sua inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado. Os itens que satisfazem os critérios de reconhecimento devem ser registrados no balanço ou na

demonstração do resultado. A falta de reconhecimento de tais itens não é corrigida pela divulgação das práticas contábeis adotadas nem pelas notas ou material explicativo.

5. Nesse sentido, no presente Pronunciamento determina-se que a **mensuração contábil a valor presente seja aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos**. Apenas em certas situações excepcionais, como a que é adotada numa renegociação de dívida em que novos termos são estabelecidos, o ajuste a valor presente deve ser aplicado como se fosse nova medição de ativos e passivos. É de se ressaltar que essas situações de nova medição de ativos e passivos são raras e são matéria para julgamento daqueles que preparam e auditam demonstrações contábeis, vis-à-vis normas específicas.

Importante: Mensuração a VP → Feita no reconhecimento inicial

Faz-se necessário observar que a aplicação do conceito de ajuste a valor presente nem sempre equipara o ativo ou o passivo a seu valor justo. Por isso, **valor presente e valor justo não são sinônimos**.

Por exemplo, a compra financiada de um veículo por um cliente especial que, por causa dessa situação, obtenha taxa não de mercado para esse financiamento, faz com que a aplicação do conceito de valor presente com a taxa característica da transação e do risco desse cliente leve o ativo, no comprador, a um valor inferior ao seu valor justo; nesse caso prevalece contabilmente o valor calculado a valor presente, inferior ao valor justo, por representar melhor o efetivo custo de aquisição para o comprador. Em contrapartida o vendedor reconhece a contrapartida do ajuste a valor presente do seu recebível como redução da receita, evidenciando que, nesse caso, terá obtido um valor de venda inferior ao praticado no mercado.

Lembram-se do conceito de valor justo que há muito estamos trabalhando? Vamos lá: Valor justo é valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.



HORA DE
PRATICAR!

(CESPE/Analista do BACEN/Área 4/2013) Ao realizar uma venda a prazo a um cliente especial, a empresa vendedora efetuou o cálculo das duplicatas a receber, com taxa de juros de 0,50% ao mês. Normalmente a taxa de juros praticada pelo mercado é de 1% ao mês. Para ajustar a valor presente a operação de venda a prazo, o responsável pelo reconhecimento contábil da operação considerou adequado o uso da taxa de 0,50% ao mês.

Nessa situação, a decisão do responsável está correta por refletir fielmente o valor justo da transação de venda a prazo.

Comentários:

A taxa especial utilizada não reflete o **valor justo**, que é 1%, mas, sim, o **valor presente** (0,5%).

Portanto, onde se lê: a decisão do responsável está correta por refletir fielmente o **valor justo da transação de venda a prazo**.

Deveria estar: a decisão do responsável está correta por refletir fielmente o **valor presente da transação de venda a prazo**.

6 MENSURAÇÃO

7. A questão mais relevante para a aplicação do conceito de valor presente, nos moldes de Pronunciamento baseado em princípios como este, não é a enumeração minuciosa de quais ativos ou passivos são abarcados pela norma, mas o estabelecimento de diretrizes gerais e de metas a serem alcançadas. Nesse sentido, como diretriz geral a ser observada, ativos, passivos e situações que apresentarem uma ou mais das características abaixo devem estar sujeitos aos procedimentos de mensuração tratados neste Pronunciamento:

- (a) transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa (conforme definidos no Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis deste CPC) ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) **em data diferente da data do reconhecimento desses elementos**;
- (b) reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos;
- (c) conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo;

Como diretriz geral a ser observada, ativos, passivos e situações que apresentarem uma ou mais das seguintes características devem estar sujeitos ao ajuste a valor presente:

1) Transação que dá origem a ativo, passivo, receita, despesa ou mutação do patrimônio líquido, com recebimento ou pagamento em data diferente da data do reconhecimento desses elementos.

Ou seja, **quando o pagamento ou o recebimento ocorrer em data posterior, pode ser necessário o ajuste a valor presente.**

2) Reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos.

3) Fluxo de caixa **estimado claramente associado** a um ativo ou a um passivo.

A FCC já cobrou:



(FCC/Analista de Controle Externo/TCE/GO/2014) Considerando as normas pertinentes ao ajuste a valor presente, as características abaixo estão sujeitas à mensuração prevista na norma:

I. a transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido, cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos.

II. o reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos.

III. o conjunto particular de fluxos de caixa estimados, claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Está correto o que se afirma em

- A) **I, II e III.**
- B) **I**, apenas.
- C) **II**, apenas.
- D) **III**, apenas.
- E) **I e II**, apenas.

Gabarito → A

Vamos continuar...

8. Em termos de meta a ser alcançada, ao se aplicar o conceito de valor presente deve-se associar tal procedimento à mensuração de ativos e passivos levando-se em **consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados**. Desse modo, as informações prestadas possibilitam a análise e a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos escassos. Para tanto, diferenças econômicas entre ativos e passivos precisam ser refletidas adequadamente pela Contabilidade a fim de que os agentes econômicos possam definir com menor margem de erro os prêmios requeridos em contrapartida aos riscos assumidos.

Em síntese: **o ajuste a valor presente auxilia na tomada de decisões na gestão de uma empresa**. Através dele os usuários, administradores, entre outros, podem analisar a melhor forma de se investir o capital, qual a verdadeira situação de uma empresa, líquida de encargos financeiros.

9. **Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial**, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value). Por isso, quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta de receita, despesa ou outra conforme a situação. A esse respeito, uma vez ajustado o item não monetário, não deve mais ser submetido a ajustes subsequentes no que respeita à figura de juros embutidos. Ressalte-se que nem todo ativo ou passivo não-monetário está sujeito ao efeito do ajuste a valor presente; por exemplo, um item não monetário que, pela sua natureza, não está sujeito ao ajuste a valor presente é o adiantamento em dinheiro para recebimento ou pagamento em bens e serviços.

Isso cai bastante me provas de concursos!



ESTA CAI
NA PROVA!

(CESPE/Contador/Polícia Federal/2014) Passivos monetários que apresentem juros implícitos embutidos no seu valor devem ser avaliados a valor presente por ocasião do seu reconhecimento inicial.

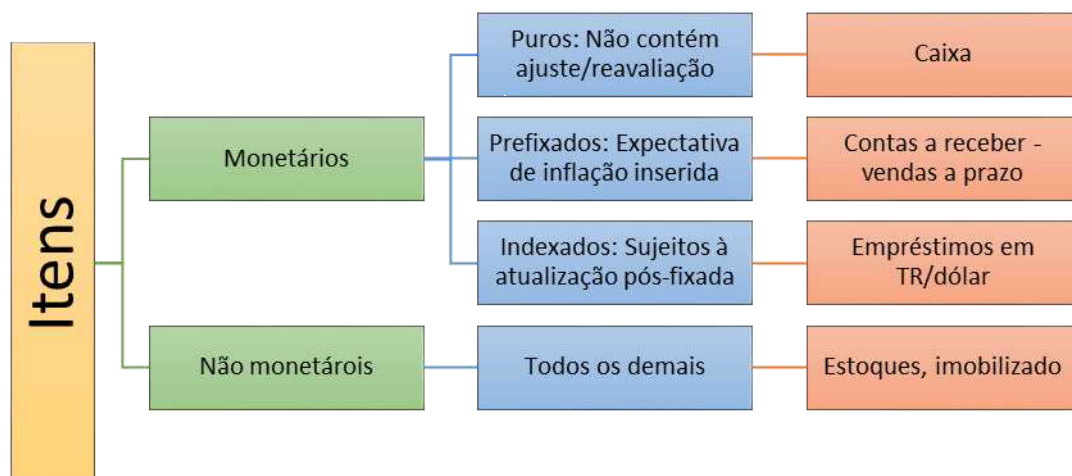
Gabarito → Correto.

Vamos explicar um pouco mais, iniciando pela definição do FIPECAFI, “Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações”, 7ª edição, pg. 557:

Os **itens monetários** são compostos pelas contas de disponibilidades e de **direitos e obrigações a serem liquidados com disponibilidades**. Podem ser subdivididos em:

- 1) **Itens monetários puros**: compostos pelas contas de valor prefixado que não contêm qualquer forma de reajuste ou atualização, como o próprio caixa em moeda nacional;
- 2) **Itens monetários prefixados**: que também não têm atualização, mas que possuem embutida alguma expectativa de inflação já inserida em seu valor, como contas a receber de vendas a prazo;
- 3) **Itens monetários indexados**: que são as contas monetárias sujeitas à atualização por índice pós-fixado, como os empréstimos em TR (taxa referencial) ou dólar.

Os **itens não monetários são todos os demais**, ou seja, representam bens (estoque, imobilizado, etc.), despesas antecipadas ou diferidas (seguros a apropriar, despesas pré-operacionais etc.), adiantamentos a serem liquidados em bens (a fornecedores, de clientes, etc.), resultado de exercício futuro, etc.



10. Quando houver Pronunciamento Específico do CPC que discipline a forma pela qual um ativo ou passivo em particular deva ser mensurado com base no

ajuste a valor presente de seus fluxos de caixa, referido Pronunciamento específico deve ser observada. **A regra específica sempre prevalece à regra geral.** Caso especial é o relativo à figura do Imposto de Renda Diferido Ativo e à do Imposto de Renda Diferido Passivo, objeto de norma específica, mas que, conforme previsto nas Normas Internacionais de Contabilidade, não são passíveis de ajuste a valor presente, o que deve ser observado desde a implementação desta Norma.

Pode ocorrer que determinados custos ou despesas, que já foram apropriados contabilmente no exercício, sejam dedutíveis para fins de Imposto de Renda somente em exercícios seguintes, quando forem efetivamente pagos ou incorridos. Neste caso, o Imposto de Renda pago ou a pagar deve ser apropriado como despesa, no período em que a despesa está contabilizada, apesar de ainda não ser dedutível, mediante a redução do valor correspondente na contabilização da despesa do Imposto de Renda, cuja contrapartida será uma conta intitulada Imposto de Renda Diferido no grupo Realizável a Longo Prazo. O mesmo vale para Imposto de Renda a Pagar Diferido. Para eles não se aplica o AVP.

Quando as despesas se tornarem dedutíveis nos exercícios seguintes, essa conta de ativo é baixada a débito de despesa de Imposto de Renda.

11. Com relação aos empréstimos e aos financiamentos subsidiados, cabem as considerações a seguir. Por questões das mais variadas naturezas, não há mercado consolidado de dívidas de longo prazo no Brasil, ficando a oferta de crédito ao mercado em geral com essa característica de longo prazo normalmente limitada a um único ente governamental. Assim, excepcionalmente, até que surja um efetivo mercado competitivo de crédito de longo prazo no Brasil, passivos dessa natureza (e ativos correspondentes no credor) não estão contemplados por esta Norma como sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que tais empréstimos e financiamentos já estão sujeitos. Não estão abrangidas nessa exceção operações de longo prazo, mesmo que financiadas por entes governamentais que tenham características de subvenção ou auxílio governamental, tratadas na NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Esse item diz respeito aos **empréstimos concedidos pelo BNDES. Os empréstimos por ele feitos, por contarem com taxa de juros menor do que a concedida usualmente no mercado por outras instituições financeiras, não estão sujeitos ao AVP.**



Outra questão relevante para fins de mensuração diz respeito à forma pela qual devem ser alocados em resultado os descontos advindos do ajuste a valor presente de ativos e passivos (juros). A abordagem corrente deve ser eleita como método de alocação de descontos por apresentar uma informação de qualidade a um custo desprezível para sua obtenção. Por essa sistemática, vale dizer, deve ser utilizada para desconto a taxa contratual ou implícita (para o caso de fluxos de caixa não contratuais) e, uma vez aplicada, deve ser adotada consistentemente até a realização do ativo ou liquidação do passivo.

7 RISCO E INCERTEZA: TAXA DE DESCONTO

Em geral os **participantes de mercado são qualificados como tendo aversão a riscos ou aversão a perdas** e procuram compensações para assunção desses riscos. Em última análise, o objetivo de se incluir incerteza e risco na mensuração contábil é replicar, na extensão e na medida possível, o comportamento do mercado no que concerne a ativos e passivos com fluxos de caixa incertos. Por hipótese, um ativo com fluxo de caixa certo para 5 anos de \$ 10.000 (título público emitido pelo Tesouro de país desenvolvido, por exemplo) e outro título com fluxo de caixa incerto para 5 anos de \$ 10.000 teriam avaliações distintas por parte do mercado. Um participante racional estaria disposto a pagar, no máximo, \$ 6.806 ($10.000 \times 1,08^{-5}$) pelo primeiro título, caso a taxa de juros livre de risco fosse de 8% a.a., ao passo que para o segundo pagaria um preço bem inferior (ajustado por incertezas na realização do fluxo e pelo prêmio requerido para compensar tais incertezas).

A tarefa de calcular riscos não é das mais simples. Por outro lado, a teoria das finanças oferece alguns modelos que, apesar de suas limitações (todo modelo tem a sua), podem ser utilizados para tal fim. Modelos econométricos parcimoniosos puramente estatísticos podem ser do mesmo modo adotados, desde que suportados por premissas economicamente válidas e reconhecidos no mercado. Equipe multidisciplinar de profissionais pode ser requerida em determinadas circunstâncias na execução dessa tarefa.

8 RELEVÂNCIA E CONFIABILIDADE

18. Objetivamente, sob determinadas circunstâncias, a mensuração de um ativo ou um passivo a valor presente pode ser obtida sem maiores dificuldades, caso se disponha de fluxos contratuais com razoável grau de certeza e de taxas de desconto observáveis no mercado. Por outro lado, pode ser que em alguns casos os fluxos de caixa tenham que ser estimados com alto grau de incerteza, e as taxas de desconto tenham que ser obtidas por modelos voltados a tal fim. O peso dado para a relevância nesse segundo caso é maior que o dado para a confiabilidade, uma vez que não seria apropriado apresentar informações com base em fluxos nominais. Conforme seja o caso, a **abordagem tradicional ou de fluxo de caixa esperado** deve ser eleita como técnica para cômputo do ajuste a valor presente.

9 EFEITOS FISCAIS

Para fins de desconto a valor presente de ativos e passivos, a taxa a ser aplicada **não** deve ser líquida de efeitos fiscais e, sim, antes dos impostos.

No tocante às diferenças temporárias observadas entre a base contábil e fiscal de ativos e passivos ajustados a valor presente, essas diferenças temporárias devem receber o tratamento requerido pelas regras contábeis vigentes para reconhecimento e mensuração de imposto de renda e contribuição social diferidos.

10 DIRETRIZES MAIS ESPECÍFICAS

21. Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

22. A quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

23. As reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis devem ser apropriadas como receitas ou despesas financeiras, a não ser que a entidade possa devidamente fundamentar que o financiamento feito a seus clientes faça parte de suas atividades operacionais, quando então as reversões serão apropriadas como receita operacional. Esse é o caso, por exemplo, quando a entidade opera em dois segmentos distintos: (i) venda de produtos e serviços e (ii) financiamento das vendas a prazo, e desde que sejam relevantes esse ajuste e os efeitos de sua evidenciação.

27. O desconto a valor presente é requerido quer se trate de **passivos contratuais, quer se trate de passivos não contratuais**, sendo que a **taxa de desconto necessariamente deve considerar o risco de crédito da entidade**. Quando da edição de norma que dê legitimidade à aplicação do conceito de ajuste a valor presente, como é o caso deste Pronunciamento Técnico, a técnica deve ser aplicada a todos os passivos, inclusive às provisões.

O item 27 é bem importante. A aplicação do valor presente se dará quer estejamos frente a um passivo contratual ou frente a um passivo não contratual.

Esses passivos não contratuais resultam de obrigações assumidas pela companhia que não estejam formalizadas por meio de contrato ou lei, mas sim de limitações morais, éticas, práticas da empresa, costumes.

A taxa de desconto leva em consideração o risco de crédito da entidade.

(CESPE/Contador/CADE/2014) O desconto a valor presente é requerido no caso de passivos contratuais, devendo a taxa de desconto considerar o risco de crédito da entidade. Quanto aos passivos não contratuais, não ocorre a apuração do valor presente apesar do seu registro como provisões futuras.

Gabarito → Errado.

11 CONTABILIZAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE

Aprenderemos a fazer essa contabilização e a entender esses itens através de um pequeno exemplo. Vejamos:

11.1 EXEMPLO 1 – CONTABILIZAÇÃO DO AVP – VENDA A PRAZO:

A empresa KLS vendeu mercadorias para receber após 24 meses, no valor de 50.000,00.

Informações adicionais:

Taxa de juros: 2% ao mês = $1,02^{24} = 1,6084$

Valor presente: $50.000/1,6084 = 31.086$

Observação: $1,02^{24}$ → leia-se “um virgula zero dois elevado à vigésima quarta potência”.



Que operação é essa? É o chamado **juros compostos!** E qual a fórmula da matemática financeira para calcular as variáveis:

$$\text{Valor nominal} = \text{Valor presente} \times (1 + i)^n$$

Onde:

Valor nominal = Valor futuro

Valor presente = Valor hoje

i = Taxa de juros

n = Prazo

Atenção! A regra é a utilização do método exponencial, composto. O mercado dificilmente utilizará juros simples. Então, só o faça se a questão assim exigir.

Passo a passo para a resolução:

- 1) Encontrar o valor nominal (valor de venda), que conterá os juros.
- 2) Encontrar juros e prazo (que devem estar na mesma unidade).
- 3) Trazer a valor presente pela fórmula de juros compostos, da matemática financeira: **Valor nominal = Valor presente $\times (1 + i)^n$**
- 4) Fazer os lançamentos:

Contabilização:

No momento inicial

D – Contas a Receber (RLP)	50.000
D – Despesa com ajuste a valor presente (Resultado)	18.914
C – Ajuste a VP (ANC – Realizável a LP)	18.914
C – Receita de Vendas (resultado)	50.000

Contas a receber	AVP s/ clientes (Desp)	AVP (Ret. Ativo)
50.000,00	18.914,00	18.914,00

Receita de vendas
50.000,00

Mês a mês

Passado um mês, há a contabilização de uma receita financeira, apropriada por competência, e seguindo o método exponencial:

D – Ajuste a VP (RLP) 622
C – Receita Financiamento de vendas (Resultado) 622

AVP (Ret. Ativo)		Receita financeira	
622,00	18.914,00		622,00

E assim mês a mês, até o recebimento.

Podemos calcular estes juros, para reconhecê-los mês a mês, da seguinte forma:

No mês 1: $31.086,00 \times 0,02 = 622$.

No mês 2: $31.708 \times 0,02 = 634$.

Mês	Principal	Juros	Total
1	31.086	622	31.708
2	31.708	634	32.342
3	32.342	647	32.989

E assim por diante, até reconhecer toda a receita. Essa tabela, ou pelo menos os dados para seu cálculo, tem que ser fornecida em prova, não se preocupem.

Vamos supor que, após um ano, as condições de mercado se alterem e a taxa de juros passe para 1% ao mês.

Nesse caso, devemos alterar a taxa de juros que será utilizado no restante desta operação? Não. **A taxa de juros é definida no início da operação, e não mais se altera, a não ser que haja uma renegociação.** Naturalmente, as novas operações serão calculadas pela taxa de juros mais adequada na época do seu reconhecimento.



(FGV/Auditor Fiscal da Receita Estadual) A Cia. Esmeralda apresenta os seguintes saldos referentes ao ano de 2008:

Vendas brutas:	\$90.000
Impostos sobre operações financeiras:	\$10.000
Imposto predial da fábrica:	\$5.000
Comissão de vendas:	\$4.000
Devolução de vendas:	\$2.000
Devolução de compras:	\$6.000
IPI nas compras:	\$20.000
ICMS sobre vendas:	\$20.000
Ajuste a valor presente das Duplicatas a Receber de Clientes:	\$8.000
Ajuste a valor presente de Contas a Pagar:	\$1.000

Considerando que a Cia. Esmeralda não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais, e considerando que a Cia. Esmeralda adota o CPC 12, aprovado pelo CFC, assinale a alternativa que indique o valor da Receita Líquida apurada em 2008.

- (A) \$ 70.000.
- (B) \$ 56.000.
- (C) \$ 68.000.
- (D) \$ 64.000.
- (E) \$ 60.000.

Comentários

Na nossa questão, a venda foi efetivada num valor bruto de R\$ 90.000,00 (inclui juros e principal). Os juros equivalem a R\$ 8.000,00 nesta operação.

D - Duplicatas a Receber	90.000	AC
D - Redução de Vendas (AVP)	8.000	Dedução de Receita Bruta
C - Receita Bruta de Vendas	90.000	Receita
C - AVP de Dup. a Receber	8.000	Dedutora do AC

Sendo assim, na nossa questão:

Receita bruta de vendas	90.000,00
(-) Devolução	(2.000,00)
(-) ICMS sobre vendas	(20.000,00)
(-) Ajuste a valor presente sobre clientes	(8.000,00)
Receita líquida de vendas	60.000,00

Gabarito → Letra E.

(CESPE/Contador/Ministério da Justiça/2013) O ajuste a valor presente de duplicatas a receber no longo prazo implica registro a crédito da própria conta de duplicatas a receber e registro a débito de uma conta de despesa.

Comentários:

O item está incorreto. Os lançamentos são:

D – Contas a Receber (RLP)	50.000
D – Despesa com ajuste a valor presente (Resultado)	18.914
C – Ajuste a VP (ANC – Realizável a LP)	18.914
C – Receita de Vendas (resultado)	50.000
 D – Ajuste a VP (RLP)	 622
C – Receita Financiamento de vendas (Resultado)	622

Gabarito → Errado.

11.2 EXEMPLO 2 – COMPRA A PRAZO:

A empresa KLS comprou mercadorias para pagar após 24 meses, no valor de R\$ 50.000,00.

Informações adicionais:

Taxa de juros: 2% ao mês = $1,02^{24} = 1,6084$

Valor presente: $50.000/1,6084 = 31.086$

Contabilização:

No momento inicial:

D – Mercadoria (AC)	31.086
D – Ajuste a valor presente sobre fornecedores (PNC - ELP)	18.914
C – Fornecedores (PNC - ELP)	50.000

Mercadorias (AC)	AVP - Fornecedores (Ret. P)	Fornecedores (Passivo)
31.086,00	18.914,00	50.000,00

Mês a mês

Após um mês, apropriamos os encargos financeiros:

D – Despesa Financeira – financiamento de compras (resultado)	622
C - Provisão para ajuste a valor presente (PNC - ELP)	622

AVP - Fornecedores (Ret. P)		Despesa financeira	
18.914,00	622,00	622,00	

Ao final dos 24 meses, a conta "ajuste a valor presente sobre fornecedores" estará zerada, e todo o seu valor terá sido transferido para resultado.

Notem que não podemos calcular $18.914/24 = R\$ 788$, e apropriar este valor para todos os meses. **Devemos usar o método exponencial**, pois o mercado dificilmente utilizará juros simples para uma operação de financiamento.

Se alguma banca cobrar este assunto, deverá fornecer a tabela de controle, ou pedir uma informação que possa ser calculada facilmente (por exemplo, qual o valor apropriado como receita financeira no segundo mês? Segundo a tabela acima, será 634. Cálculo: $31.086 \times 1,02 = 31.708$; $31.708 \times 0,02 = 634$).



HORA DE
PRATICAR!

(FCC/SEFAZ PI/Auditor/2015) A Cia. Vende & Recompra adquiriu, em 30/04/2014, mercadorias para serem comercializadas. Em função de sua situação financeira, a Cia. fez essa aquisição a prazo, para pagamento em 30/06/2016. O valor a ser pago na data do vencimento é R\$ 380.000,00, mas se a Cia. tivesse adquirido estas mercadorias à vista teria pago R\$ 330.000,00.

Em 20/05/2014, a Cia. Vende & Recompra vendeu 80% dessas mercadorias por R\$ 820.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/07/2016. Se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 730.000,00.

Com base nestas informações, é correto afirmar que o resultado bruto com vendas que a Cia. Vende & Recompra reconheceu, na data da venda, foi, em reais,

- A) 400.000,00.
- B) 466.000,00.
- C) 516.000,00.
- D) 426.000,00.
- E) 556.000,00.

Comentários:

No caso de compra e venda a prazo, com juros incluídos, temos que considerar o valor à vista. A regra é a seguinte:

- Ativo não circulante e passivo não circulante = ajusta a valor presente
- Ativo circulante e passivo circulante = só ajusta se produzir efeito relevante.

Lançamento da compra:

D – Mercadorias	330.000,00
D – Ajuste a valor presente	50.000,00
C – Fornecedores	380.000,00

Lançamento da venda:**Pela venda:**

D – Clientes	820.000,00
D – Ajuste a valor presente sobre clientes (despesa)	90.000,00
C – Receita de vendas	820.000,00
C – Ajuste a valor presente sobre clientes (red. Ativo)	90.000,00

Pela baixa das mercadorias:

D – CMV (80% x 330.000,00)	264.000,00
C – Estoque	264.000,00

Demonstração do resultado

Receita de vendas	820.000,00
(-) AVP	(90.000,00)
(-) CMV	(264.000,00)
Lucro bruto	466.000,00

Gabarito → B**11.3 EXEMPLO 3**

Os arts. 183 e 184 da Lei das Sociedades por Ações, alterados pela Lei nº. 11.638/07 e a Lei 11.941/09 fazem referência a elementos de ativos e passivos da entidade. Como esses artigos interagem com a apuração do resultado de uma entidade?

Embora a nova redação da Lei mencione claramente os ajustes para saldos de ativos e passivos, esses ajustes têm relação direta com as transações de compra e venda que envolvem, preponderantemente, as contas do resultado do

exercício (por exemplo, AVP de transação de vendas e o respectivo saldo das contas a receber). Nesse caso, considerando que o reflexo do AVP de determinado saldo ativo ou passivo tenha contrapartida direta em conta do resultado do exercício, o AVP também afeta essas linhas do resultado (que é o caso específico da receita bruta versus o registro do saldo de contas a receber). Para ilustrar essa questão, veja-se o cenário a seguir:

Cenário: operação de venda com prazo de seis meses para recebimento, com as seguintes características:

Venda com prazo de seis meses = \$ 100, com ICMS de 10% = \$ 10
Venda a vista = \$ 80, com ICMS de 10% = \$ 8

Observe-se que o AVP guarda relação com a operação de financiamento das contas a receber em seu todo (\$ 100) e não somente sobre o saldo, depois de deduzidos os impostos a recuperar. A entidade, ao conceder prazo para o recebimento, está financiando o cliente. Nesse caso, a base para o cálculo do AVP é o valor que está sendo financiado, ou seja, o valor total da nota fiscal (\$ 100).

No exemplo anterior, assumindo que uma boa referência do valor presente da transação seja o valor de venda a vista, a contabilização da transação a prazo ficaria da seguinte forma:

(a) No vendedor:

Débito - Contas a receber	\$ 80
Crédito - Receita de vendas	\$ 80
Débito - Despesa com ICMS	\$ 10
Crédito - ICMS a pagar	\$ 10

Com o passar do tempo, a diferença (\$ 20) entre o valor presente das contas a receber (\$ 80) e o valor que será recebido no final de seis meses (\$ 100) é apropriada ao resultado do período como receita financeira, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(b) No comprador:

No lado do comprador, ao contrário do vendedor, a taxa de juros imputada pelos seus fornecedores não é conhecida e a tarefa de determinação de qual taxa utilizar se torna mais complexa, mas deve ser estimada tomando-se por base a carteira de fornecedores como um todo.

Débito - Estoques	\$ 70
Débito - ICMS a recuperar	\$ 10

Crédito - Contas a pagar – Fornecedores \$ 80

A diferença (\$ 20) entre o valor presente das contas a pagar (\$ 80) e o valor que será pago no final de seis meses (\$ 100) é apropriada ao resultado do período como despesa financeira, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

ICMS – há discussão quanto à necessidade de reclassificar, no caso do vendedor, a parcela do ICMS calculada sobre os juros embutidos na operação para o resultado financeiro comercial. Se, por um lado, a justificativa de não efetuar o desconto a valor presente para o ICMS decorre do fato de este ser utilizado para apuração já no próprio mês da transação, por outro, essa reclassificação parte do pressuposto de que o ICMS incide também sobre os juros embutidos em uma operação de venda financiada. Esse aspecto também deve ser avaliado, levando-se em consideração a materialidade dos montantes envolvidos.

Essa questão da reclassificação da parcela do ICMS calculada sobre os juros embutidos na operação para o resultado financeiro comercial altera o lucro bruto, o resultado financeiro e também o LAJIDA (ou EBITDA, na sigla em inglês, se a entidade faz uso dessa medida não contábil). Dessa forma, essa questão pode ser relevante para algumas entidades. Qualquer que seja o método utilizado, ele deve ser divulgado em nota explicativa para melhor entendimento do usuário das demonstrações contábeis e aplicado de maneira uniforme ao longo dos exercícios.

O quadro a seguir ilustra esses efeitos, depois de decorrido todo o período desde a venda até o recebimento, com apropriação dos juros no prazo da transação:

ICMS sem segregação		ICMS com segregação entre a parcela sobre venda e a parcela sobre receita financeira	
Receita de vendas	80	Receita de vendas	80
Deduções de vendas - ICMS	(10) <u>(50)</u>	Deduções de vendas – ICMS	(8)
CPV	20	CPV	<u>(50)</u>
Lucro bruto		Lucro bruto	22
	<u>20</u>	Receita financeira	20
Receita financeira		ICMS sobre receita financeira	<u>(2)</u>
	<u>40</u>		
Lucro antes do IR/CS		Lucro antes do IR/CS	<u>40</u>

Esse mesmo conceito é aplicável para os demais tributos incidentes sobre venda, tais como IPI, PIS e COFINS.

Para algumas entidades, a diferença (\$20) entre o valor presente das contas a receber (\$80) e o valor que será recebido no final de seis meses (\$100) poderá ser apropriada como receita financeira comercial, no mesmo grupo que as

receitas de vendas, em lugar de receita financeira, desde que a entidade demonstre que o financiamento feito a seus clientes faça parte de seus negócios e que opera com, por exemplo, dois segmentos: (i) venda de produtos e serviços e (ii) financiamento das vendas a prazo. Essa demonstração poderá ser evidenciada por meio da combinação de algumas das seguintes circunstâncias (na entidade e/ou por ocasião da preparação das demonstrações contábeis): a atividade financeira é parte de seus negócios; previsão da atividade de financiamento no estatuto da entidade; organização e condução da atividade de financiamento como um segmento operacional distinto; portfólio de serviços como oferta de crédito pessoal e outros serviços correlatos a todos os seus clientes; etc. Observada essa situação, os custos financeiros com terceiros, decorrentes dos passivos (tais como fornecedores e financiamentos) utilizados como funding para sustentar a carteira de valores a receber de clientes, deverão também compor o custo das receitas com vendas, para uma adequada apuração da margem bruta. Nesses casos, tanto a receita, quanto o custo, devem ser apresentados por segmento de negócios.

12 DIVULGAÇÃO

33. Em se tratando de evidenciação em nota explicativa, devem ser prestadas informações mínimas que permitam que os usuários das demonstrações contábeis obtenham entendimento inequívoco das mensurações a valor presente levadas a efeito para ativos e passivos, compreendendo o seguinte rol não exaustivo:

- (a) descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado;
- (b) premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (risk-free, risco de crédito, etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas);
- (c) modelos utilizados para cálculo de riscos e inputs dos modelos;
- (d) breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;
- (e) propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento;
- (f) outras informações consideradas relevantes.

**RESUMINDO**

13 RESUMO GERAL

- 1) Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
- 2) As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
- 3) A mensuração contábil a valor presente deve ser aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos.
- 4) Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial.
- 5) Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.
- 6) Passo a passo para a resolução:
 - 1) Encontrar o valor nominal (valor de venda), que conterà os juros.
 - 2) Encontrar juros e prazo (que devem estar na mesma unidade).
 - 3) Trazer a valor presente pela fórmula de juros compostos, da matemática financeira: $\text{Valor nominal} = \text{Valor presente} \times (1 + i)^n$
 - 4) Fazer os lançamentos.

Lançamento da compra:

D – Mercadorias
D – Ajuste a valor presente
C – Fornecedores

D – Despesa financeira
C – Ajuste a valor presente

Lançamento da venda:

Pela venda:

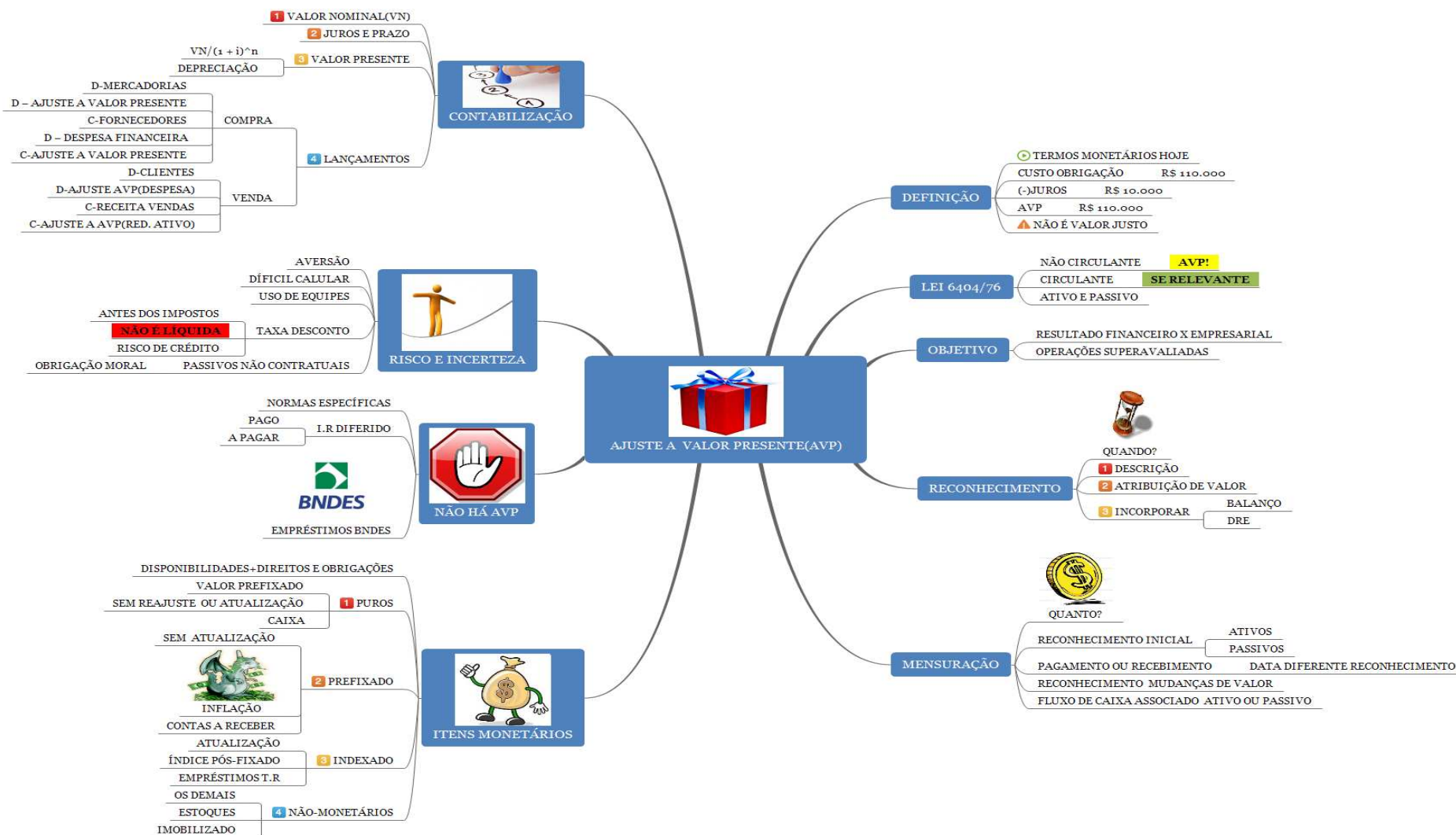
D – Clientes
D – Ajuste a valor presente sobre clientes (despesa)

CONTABILIDADE GERAL PARA AFT/AULA 16 (PARTE II)
GABRIEL RABELO/LUCIANO ROSA/JULIO CARDOZO

C – Receita de vendas

C – Ajuste a valor presente sobre clientes (red. Ativo)

15 MAPA MENTAL DESTA AULA (*ELABORADO PELO PROFESSOR JULIO CARDOZO)





16 QUESTÕES COMENTADAS

1. **(FCC/TCM GO/ACE/2015)** Em 01/12/2013, uma empresa constituída na forma de sociedade por ações realizou as seguintes transações de vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00.
- Venda a prazo no valor de R\$ 598.073,74 que será recebido 18 meses após a data da venda.

A taxa de juros vigente na data da venda era 1% ao mês e se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 900.000,00.

Sabendo que o financiamento a clientes não é uma atividade operacional da empresa e de acordo com as normas contábeis vigentes, a empresa reconheceu na Demonstração do Resultado de 2013, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2013:

- A) Receita de Vendas = R\$ 998.073,74, apenas.
- B) Receita de Vendas = R\$ 900.000,00, apenas.
- C) Receita de Vendas = R\$ 998.073,74 e Receita Financeira = R\$ 5.980,74.
- D) Receita de Vendas = R\$ 900.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.000,00.
- E) Receita de Vendas = R\$ 500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.000,00.

Comentários:

A empresa realizou uma venda a vista no valor de \$400.000 e outra a prazo no valor de \$598.073,74. Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 900.000,00.

Assim, o valor presente da venda a prazo é de \$500.000.

A contabilização no momento inicial fica assim:

D – Caixa (Ativo)	400.000,00
D – Clientes (Ativo)	598.073,74

C – Juros Ativos a apropriar (Retificadora do Ativo)	98.073,74
C – Receita de venda (Resultado)	900.000,00

As únicas alternativas que apontam o valor de \$900.000 como receita de vendas são as letras B e D. Já podemos descartar as outras.

A vendas foram realizadas em 01/12/2013 e a questão pergunta o que a empresa reconheceu no resultado. Além da receita de vendas, devemos reconhecer também a receita financeira.

Como a taxa de juros é de 1%, temos:

$\$500.000 \times 1\% = \$ 5.000$ de receita financeira.

Gabarito → D

2. **(FCC/SEFAZ PI/Auditor/2015)** A Cia. Vende & Recompra adquiriu, em 30/04/2014, mercadorias para serem comercializadas. Em função de sua situação financeira, a Cia. fez essa aquisição a prazo, para pagamento em 30/06/2016. O valor a ser pago na data do vencimento é R\$ 380.000,00, mas se a Cia. tivesse adquirido estas mercadorias à vista teria pago R\$ 330.000,00.

Em 20/05/2014, a Cia. Vende & Recompra vendeu 80% dessas mercadorias por R\$ 820.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/07/2016. Se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 730.000,00.

Com base nestas informações, é correto afirmar que o resultado bruto com vendas que a Cia. Vende & Recompra reconheceu, na data da venda, foi, em reais,

- A) 400.000,00.
- B) 466.000,00.
- C) 516.000,00.
- D) 426.000,00.
- E) 556.000,00.

Comentários:

No caso de compra e venda a prazo, com juros incluídos, temos que considerar o valor a vista. A regra é a seguinte:

- Ativo não circulante e passivo não circulante = ajusta a valor presente
- Ativo circulante e passivo circulante = só ajusta se produzir efeito relevante.

Lançamento da compra:

D – Mercadorias	330.000,00
D – Ajuste a valor presente	50.000,00
C – Fornecedores	380.000,00

Lançamento da venda:**Pela venda:**

D – Clientes	820.000,00
D – Ajuste a valor presente sobre clientes (despesa)	90.000,00
C – Receita de vendas	820.000,00
C – Ajuste a valor presente sobre clientes (red. Ativo)	90.000,00

Pela baixa das mercadorias:

D – CMV (80% x 330.000,00)	264.000,00
C – Estoque	264.000,00

Demonstração do resultado

Receita de vendas	820.000,00
(-) AVP	(90.000,00)
(-) CMV	(264.000,00)
Lucro bruto	466.000,00

Gabarito → B

3. **(FCC/TCM RJ/Auditor/2015)** Um lote de mercadorias para comercialização foi adquirido a prazo em 30/09/2014 pelo valor de R\$ 1.900.000,00, para pagamento em dezembro de 2015. Se a compra fosse realizada à vista, o preço de aquisição teria sido R\$ 1.200.000,00. No mês de outubro de 2014 a empresa realizou a venda de 70% dessas mercadorias pelo valor de R\$ 1.500.000,00, para recebimento em novembro de 2015. Se a venda das mercadorias tivesse sido feita à vista o preço de venda seria R\$ 1.000.000,00. Em 31/12/2014 o valor que a empresa deveria pagar para o fornecedor era R\$ 1.250.000,00 e o valor que seria cobrado do cliente era R\$ 1.300.000,00.

Nesse caso, a empresa reconheceu, no resultado de 2014, Resultado Bruto com Vendas no valor de

- a) R\$ 170.000,00.
- b) R\$ 660.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 50.000,00, apenas.

- c) R\$ 160.000,00; Receita Financeira = R\$ 300.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 50.000,00.
- d) R\$ 330.000,00 (prejuízo) e Receita Financeira = R\$ 300.000,00, apenas.
- e) R\$ 160.000,00, apenas.

Comentários:

Questão interessante. Dá para resolver apenas organizando os dados informados.

Vamos lá: a empresa comprou mercadorias a prazo, que custariam \$1.200.000 se fosse pago a vista.

E depois vendeu 70% dessa mercadoria pelo equivalente a \$1.000.000 a vista.

Assim, o custo da mercadoria vendida corresponde a 70% de \$1.200.000:

$$\$1.200.000 \times 70\% = \$ 840.000$$

$$\text{Resultado Bruto com vendas} = \$1.000.000 - \$ 840.000 = \$160.000$$

A questão pergunta o que a empresa reconheceu no resultado de 2014.

E informa ainda que em 31/12/2014 o valor que a empresa deveria pagar para o fornecedor era R\$ 1.250.000,00 e o valor que seria cobrado do cliente era R\$ 1.300.000,00.

Compra (gera despesa financeira):

$$\$1.250.000 - \$1.200.000 = \$50.000 \text{ (despesa financeira)}$$

Venda (gera receita financeira):

$$\$ 1.300.000 - \$ 1.000.000 = \$ 300.000 \text{ (receita financeira).}$$

Gabarito → C

4. **(FCC/TCE-CE/Auditor/2015)** A empresa Comercial de Produtos Populares S.A. adquiriu, em 31/10/2013, mercadorias para serem comercializadas. A aquisição foi realizada a prazo para pagamento em junho de 2015 e o valor a ser pago na data do vencimento é R\$ 980.000,00, mas se a empresa tivesse adquirido estas mercadorias à vista teria pagado R\$ 800.000,00. Em 30/11/2013, a Comercial de Produtos Populares S.A. vendeu 50% dessas mercadorias por R\$ 700.000,00, para serem recebidos integralmente em julho de 2015. Se o cliente tivesse adquirido as mercadorias

à vista a empresa venderia por R\$ 480.000,00. Sabe-se que, se a empresa fosse liquidar a dívida com o fornecedor em 31/12/2013 pagaria R\$ 808.000,00 e se o cliente antecipasse o pagamento do valor da venda nesta data a empresa receberia R\$ 489.600,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a Comercial de Produtos Populares S.A. reconheceu, no resultado de 2013,

- A) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 210.000,00.
- B) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 300.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 8.000,00.
- C) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 80.000,00; Receita Financeira = R\$ 9.600,00 e Despesa Financeira = R\$ 8.000,00.
- D) Resultado Bruto com Vendas = -R\$ 10.000,00 (prejuízo) e Receita Financeira = R\$ 9.600,00.
- E) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 81.600,00.

Comentários:

Custo da Mercadoria Vendida (CMV) = preço a vista x 50%
 $CMV = \$800.000 \times 50\% = \400.000

Resultado bruto com mercadoria = Venda a vista - CMV
 $\$480.000 - \$400.000 = \$80.000$

Já podemos indicar a resposta: letra C, é a única que indica 80.000 como resultado bruto com mercadoria.

Mas vejamos o cálculo das despesas e receitas financeiras em 2013.

Despesa financeira: valor a pagar em 31/12/2013 - valor a vista
 $Despesa\ financeira = \$808.000 - \$800.000 = \$8.000$

Receita financeira
Valor a receber em 31/12/2013 - valor a vista
 $Receita\ financeira = \$489.600 - \$480.000 = \$9.600$

Gabarito → C

5. **(FCC/TRT 16/Contabilidade/2014)** A Cia. Longo Prazo realizou, em 31/12/2013, uma venda no valor total de R\$ 400.000,00. Recebeu R\$ 100.000,00 à vista e o restante será recebido em 30/04/2015, embora o prazo normalmente concedido pela empresa fosse de 120 dias. Se o cliente tivesse efetuado a compra à vista, ele pagaria R\$ 345.000,00. Com base nestas informações e na regulamentação vigente, a Cia. Longo Prazo reconheceu, no momento da venda, uma receita de vendas de

- A) R\$ 100.000,00.
- B) R\$ 345.000,00.
- C) R\$ 400.000,00.
- D) R\$ 400.000,00 e uma despesa financeira de R\$ 55.000,00.
- E) R\$ 345.000,00 e uma receita financeira de R\$ 55.000,00.

Comentários:

No caso de venda a prazo, existe um componente comercial (que seria o preço à vista) e um componente financeiro (o "plus" que se adiciona ao preço em virtude do recebimento a prazo, ou seja, os "juros").

A finalidade do ajuste a valor presente é separar o componente comercial do componente financeiro, o qual será contabilizado como receita financeira (ou despesa financeira, no caso de compra a prazo).

A contabilização inicial fica assim:

D – Caixa (Ativo)	100.000
D – Clientes (Ativo)	300.000
C – Encargos a transcorrer (retificadora do Ativo)	55.000
C – Receita de Vendas (resultado)	345.000

Prezados, no momento inicial, a receita de vendas é igual ao valor a vista. A diferença (no caso, de 55.000) será contabilizada como receita financeira, no Resultado, ao longo do tempo, por competência.

E não há, no momento inicial, nenhuma receita financeira ou despesa financeira contabilizada (assim, já poderíamos descartar as letras D e E).

Gabarito → B

6. **(FCC/TCE GO/ACE/2014)** Considerando as normas pertinentes ao ajuste a valor presente, as características abaixo estão sujeitas à mensuração prevista na norma:

- I.** a transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido, cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos.
- II.** o reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos.
- III.** o conjunto particular de fluxos de caixa estimados, claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Está correto o que se afirma em

- A) **I, II e III.**
- B) **I**, apenas.
- C) **II**, apenas.
- D) **III**, apenas.
- E) **I e II**, apenas.

Comentários:

Literalidade do pronunciamento CPC 12 – Ajuste a Valor Presente:

Diretrizes gerais

7. A questão mais relevante para a aplicação do conceito de valor presente, nos moldes de Pronunciamento baseado em princípios como este, não é a enumeração minuciosa de quais ativos ou passivos são abarcados pela norma, mas o estabelecimento de diretrizes gerais e de metas a serem alcançadas. Nesse sentido, como diretriz geral a ser observada, ativos, passivos e situações que apresentarem uma ou mais das características abaixo devem estar sujeitos aos procedimentos de mensuração tratados neste Pronunciamento:

- (a) transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa (conforme definidos no Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis deste CPC) ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos;
- (b) reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos;
- (c) conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo;

Gabarito → A

7. **(FCC/MPE PB/Analista Ministerial/2015)** Para que ativos e passivos sejam ajustados a valor presente eles devem:

I. Ser uma transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data igual a da data do reconhecimento desses elementos.

II. Ter reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares e empregar método de alocação de descontos.

III. Ser um conjunto particular de fluxos de caixa exatos e claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) **II.**
- b) **I.**
- c) **III.**
- d) **I e II.**
- e) **II e III.**

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

I. Ser uma transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em **data igual** a da data do reconhecimento desses elementos.

ERRADO. Deve ser "**em data diferente**"

II. Ter reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares e empregar método de alocação de descontos.

Certo. Cópia do pronunciamento CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

III. Ser um conjunto particular de fluxos de caixa **exatos** e claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Errado. O correto é "fluxos de caixa **estimados**".

A resposta deveria ser a letra A. No entanto, a banca indicou como resposta a letra D. Mas a primeira assertiva está errada. Enfim...

Gabarito → D

8. **(FCC/Analista Contábil/DPE/RS/2013)** A empresa Vende Tudo SA realizou, em 31/12/2012, uma venda no valor total de R\$ 120.000,00. A condição de recebimento pactuada com o cliente foi R\$ 40.000,00 à vista e o restante (R\$ 80.000,00) para ser recebido em 31/10/2014, embora o prazo normalmente concedido pela empresa fosse de 90 dias. Sabe-se que se o

cliente efetuasse a compra à vista, ele pagaria, no total, R\$ 106.000,00 (valor presente). Com base nestas informações e na regulamentação vigente, no momento da venda a empresa deve reconhecer receita de venda de

- (A) R\$ 106.000,00.
- (B) R\$ 120.000,00.
- (C) R\$ 106.000,00 e receita financeira de R\$ 14.000,00.
- (D) R\$ 120.000,00 e despesa financeira de R\$ 14.000,00.
- (E) R\$ 120.000,00 e despesa financeira a apropriar de R\$ 14.000,00.

Comentários

Segundo o CPC 12, o lançamento para esta ocasião será:

D – Caixa (ativo)	40.000,00
D – Clientes (ativo)	80.000,00
C – Juros a apropriar (retificadora ativo)	14.000,00
C – Receita de vendas (resultado)	106.000,00

Gabarito → A.

9. **(FCC/Auditor Fiscal/ISS SP/2012)** O auditor da empresa Ômega S.A. constatou que os valores registrados em Contas a Receber no Circulante tinham seus valores ajustados a valor presente e que os valores registrados em Contas a Receber, no Não Circulante, apresentavam os seus valores sem o ajuste a valor presente. Essa situação poderia ser validada pelo auditor

- (A) se os contas a receber o Circulante e no Não Circulante possuírem encargos financeiros embutidos que gerem ajustes significativos.
- (B) visto que não há regra para realização do ajuste a valor presente, podendo a entidade avaliar o impacto nas demonstrações contábeis.
- (C) se os valores registrados no contas a receber forem significativos e os valores registrados no Não Circulante não tiverem encargos financeiros embutidos.
- (D) se as vendas registradas no curto prazo forem feitas com as mesmas condições de venda a vista e no longo prazo as vendas não causarem ajustes relevantes.
- (E) visto que as contas a receber registradas no Circulante devem ser sempre ajustadas a valor presente e as registradas no Não Circulante não podem ser ajustadas.

Comentários:

A questão expõe duas situações:

- 1) os valores registrados no Contas a Receber no Ativo Circulante foram ajustados a valor presente; e
- 2) os valores registrados no Contas a Receber no Ativo Não Circulante não foram ajustados a valor presente.

A resposta considerada correta pela Banca, consta que “os valores registrados no contas a receber forem significativos” e que “os valores registrados no Não Circulante não tiverem encargos financeiros embutidos”.

A primeira afirmação, de que os valores registrados no contas a receber forem significativos, não se refere apenas ao ativo circulante. Como não há referência a nenhum grupo do Ativo, devemos entender que se refere aos valores de Contas a Receber como um todo, independente do grupo em que estão classificados.

Essa informação deveria justificar o ajuste a valor presente para Contas a Receber – Circulante.

Para justificar o fato dos valores registrados em Contas a Receber – Não Circulantes não terem sido ajustados a valor presente, a Banca apresenta o argumento de que tais valores não tiveram encargos financeiros embutidos.

Assim, podemos supor que os valores da transação que originaram o Contas a Receber no Ativo Não Circulante seriam os mesmos, caso a operação fosse realizada à vista, uma vez que não há juros embutidos.

Ocorre que o Pronunciamento CPC 12 – Ajuste a Valor Presente – estabelece que:

21. Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

E ainda:

3. Como deve ser definida a taxa de juros para fins de cálculo do AVP?

Resposta - Há operações cuja taxa de juros é explícita (por exemplo, descrita e conhecida no contrato da operação) ou implícita (por exemplo, desconhecida, mas embutida na precificação inicial da operação pela entidade no ato da compra ou da venda). Em ambos os casos, é necessário utilizar uma taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de

mercado praticadas na data inicial da transação entre partes conhecedoras do negócio, que tenham a intenção de efetuar a transação e em condições usuais de mercado.

Nos casos em que a taxa é explícita, o processo de avaliação passa por uma comparação entre a taxa de juros da operação e a taxa de juros de mercado, na data da origem da transação. Nos casos em que a taxa estiver implícita, é necessário estimar a taxa da transação, considerando as taxas de juros de mercado, conforme anteriormente mencionado. Mesmo nos casos em que as partes afirmem que os valores à vista e a prazo são os mesmos, o AVP deve ser calculado e, se relevante, registrado. Por definição, valor presente "é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro.

Portanto, mesmo que os valores do ativo não circulante não tenham juros embutidos, o simples fato do seu recebimento previsto para o futuro enseja o Ajuste a Valor Presente, principalmente porque os valores registrados no Contas a Receber são significativos, como informa a questão.

A doutrina acompanha este entendimento do CPC 12. Conforme o "Manual de Contabilidade Societária", de Sérgio de Iudícibus e outros, Editora Atlas, 1ª Edição, 2010, pg. 104:

"Nas vendas realizadas por varejistas, existem situações muito comuns em que se afirma que os valores a vista e a prazo são os mesmos. Entretanto, essa é uma estratégia de venda que não deve alterar a forma objetiva de interpretar a transação e o AVP deve ser calculado e, se relevante, registrado. Por definição do CPC 12, o ajuste presente "é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro".

Assim, a questão não apresenta resposta correta. A única justificativa para não proceder ao ajuste a valor presente para o Contas a Receber – Não Circulante seria se tal ajuste não causasse efeito relevante.

O fato de não haver juros embutidos não evita o ajuste a valor presente.

Solicitamos, assim, a anulação da questão. Contudo, a banca não acatou.

Gabarito → C.

10. **(FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS/SP /2013)** NÃO é uma conta que deve ser ajustada a valor presente:

- A) Provisão para passivo previdenciário.
- B) Contas a receber não circulante, com juros.
- C) Contas a pagar não circulante, indexado.

- D) Empréstimos concedidos com juros prefixados de longo prazo.
E) Adiantamento em dinheiro para recebimento em bens.

Comentários:

Essa veio diretamente do pronunciamento CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, confira:

9. Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value). Por isso, quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta de receita, despesa ou outra conforme a situação. A esse respeito, uma vez ajustado o item não monetário, não deve mais ser submetido a ajustes subsequentes no que respeita à figura de juros embutidos. **Ressalte-se que nem todo ativo ou passivo não-monetário está sujeito ao efeito do ajuste a valor presente; por exemplo, um item não monetário que, pela sua natureza, não está sujeito ao ajuste a valor presente é o adiantamento em dinheiro para recebimento ou pagamento em bens e serviços.**

Gabarito → E

11. **(ICMS SP/2009/FCC)** Uma empresa tem inscrito um saldo relevante em seus ativos, na conta valores a receber. Nesse caso, a empresa deverá

- (A) ajustar os recebíveis a valor presente, lançando os ajustes a valor presente em conta de despesa financeira.
(B) provisionar o ajuste a valor presente, criando uma retificadora da conta que originou a operação inicial.
(C) ajustar os recebíveis pela taxa Selic, lançando o valor do ajuste em conta de Patrimônio Líquido.
(D) calcular proporcionalmente o valor do desconto a valor presente mediante aplicação de taxa média anual praticada pela empresa e creditar direto no saldo de recebíveis.
(E) ajustar os recebíveis, calculando seu valor presente e registrando-o em conta de receita financeira.

Comentários

Questão polêmica. O gabarito apresentado pela banca foi a letra A, porém, discordamos de tal posicionamento. Senão vejamos...

A alternativa dada como gabarito (letra A) não se encontra de acordo com a resolução CFC nº 1.151/09 que aprovou a NBC T 19.17 – Ajuste a Valor Presente.

Aparentemente, o examinador baseou-se no entendimento anterior a tal resolução.

A resolução CFC nº 1.151/09 e NBC T 19.17 determinam que a mensuração contábil a valor presente seja aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos.

Segue abaixo trecho da referida norma:

“Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value).”

A questão em análise dispõe sobre a conta valores a receber, obviamente de natureza monetária, devendo seguir ao comando do parágrafo anterior.

Segue abaixo um exemplo de lançamento que reflete a situação exposta:

Débito: Valores a receber = 1.500,00

Crédito: Receita de Vendas = 1.000,00

Crédito: Juros Ativos a apropriar = 500,00 (conta retificadora da conta valores a receber)

Nos exercícios sociais seguintes, obedecendo ao princípio da competência, é debitada a conta “Juros Ativos a apropriar” e creditada a conta “Receitas Financeiras”.

Ainda de acordo com a norma:

“Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

A quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial “pro rata die”, a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.”

Observa-se na parte final do parágrafo que os efeitos do ajuste a valor presente devem ser apropriados nas contas a que se vinculam.

No anexo da referida norma, no exemplo 12, é exemplificado a forma correta do ajuste a valor presente, conforme segue abaixo:

“Por exemplo, suponha-se uma venda de imóvel por \$ 10.000 mil, pago com entrada de \$ 4.000 mil em dinheiro e 3 (três) notas promissórias anuais de \$ 2.000 mil cada uma, sem juros, efetuada num momento em que a taxa de juros, para o tipo de vendedor e comprador, seja, para ambos, de 18% ao ano (essas taxas podem ser diferentes para eles).

O vendedor, na transação, registra:

D – Caixa	\$ 4.000.000
D – Notas Promissórias a Receber	\$ 6.000.000
C – Juros a Apropriar	\$ 1.651.454
C – Receita de Venda de Imóveis	\$ 8.348.546

O valor destes Juros a Apropriar é obtido através da utilização de tabelas financeiras, ou da fórmula $\text{Valor Nominal}/(1+i)^n$.

Desta forma, reiteramos nossa discordância com a questão apresentada pela FCC. A nosso ver, a assertivas mais correta seria a letra B. Todavia, a banca manteve o gabarito inicial.

Gabarito → A

12. **(CESPE/Contador/TCE/RO/2013)** Os direitos decorrentes de vendas a prazo classificados no ativo realizável a longo prazo estão sujeitos a ajuste a valor presente, cujo efeito contábil é a redução simultânea do ativo e do resultado da empresa detentora desses direitos.

Comentários:

O lançamento na venda é o que se segue (exemplo da aula):

D – Contas a Receber (RLP)	50.000
D – Despesa com ajuste a valor presente (Resultado)	18.914
C – Ajuste a VP (ANC – Realizável a LP)	18.914
C – Receita de Vendas (resultado)	50.000

Gabarito → Correto.

13. **(CESPE/CADE/Contador/2014)** Com base no pronunciamento técnico de ajuste a valor presente, do CPC, julgue o item subsequente.

O desconto a valor presente é requerido no caso de passivos contratuais, devendo a taxa de desconto considerar o risco de crédito da entidade. Quanto aos passivos não contratuais, não ocorre a apuração do valor presente apesar do seu registro como provisões futuras.

Comentário:

Conforme o Pronunciamento CPC 12 – Ajuste a valor Presente:

27. O desconto a valor presente é requerido **quer se trate de passivos contratuais, quer se trate de passivos não contratuais**, sendo que a taxa de desconto necessariamente deve considerar o risco de crédito da entidade..

Portanto, o ajuste a valor presente deve ser aplicado aos passivos contratuais e aos passivos não contratuais.

Gabarito → Errado.

14. **(FGV/DPE RJ/Técnico superior/Ciências Contábeis/2014)** Um grupo de pessoas resolveu dar início a um negócio utilizando a Internet. Os companheiros, agora sócios da mais nova “.com” do território nacional foram ousados e com menos de 2 anos já haviam realizado I.P.O. na bolsa de valores.

O nome fantasia escolhido diz tudo sobre a empresa: Doefácil Brasil.

Para construir sua sede, a empresa contou com aporte de recursos do governo no montante de R\$ 1,5 mil. O recurso foi depositado na conta da empresa em uma única parcela, no ato da assinatura do termo de subvenção. O governo brasileiro entendeu que a atividade da empresa seria benéfica para a economia local e adicionou uma cláusula condicional ao contrato para estimular o seu crescimento.

Caso não cumpra a decisão, o pagamento do empréstimo acontecerá ao final de 36 meses, em cota única. Em síntese, caso conseguisse empregar 3 presos condenados pela Justiça ao regime semiaberto no prazo de 1 ano, receberia perdão da dívida. O contrato foi celebrado com taxas de juros de 3% ao mês.

Ocorre que a empresa ainda aguarda a decisão do Juiz sobre a oferta de emprego ao terceiro condenado. Entretanto, o prazo dado pelo governo para cumprir a condição de geração de empregos venceu ontem. Assim, sobre os recursos provenientes dessa transação, as demonstrações contábeis da Doefácil, hoje deveriam reportar

(A) uma nota explicativa informando que seu corpo jurídico aconselhou que o passivo não foi reconhecido por julgar que ainda é possível o perdão da dívida.

- (B) R\$ 1,5 mil em seu passivo circulante, mensurado a valor justo.
(C) um passivo não circulante, ajustado ao valor presente.
(D) um ativo imobilizado decorrente da aplicação do montante de R\$ 1,5 mil, acompanhado de conta redutora da respectiva subvenção governamental.
(E) uma perda de R\$ 1,5 mil em seu resultado, decorrente do descumprimento da condição colocada para subvenção governamental.

Comentários:

Uma história longa, uma questão fácil. Vejamos:

A contabilização de uma subvenção governamental é feita da seguinte forma:

No recebimento da subvenção, quando há condição a cumprir:

- D – Caixa/bancos (Ativo)
C – Subvenção a pagar (Passivo)

Se a empresa não cumprir a condição, deverá devolver a subvenção.

Quando cumpre a condição e “ganha” a subvenção:

- D – Subvenção a pagar (Passivo)
C – Receita de subvenção (Resultado)

Depois, o Resultado do Exercício vai para o Patrimônio Líquido, e a empresa poderá constituir a Reserva de Incentivos Fiscais, para evitar a tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- D – Lucros acumulados
C – Reserva de incentivos fiscais.

Muito bem. Os “companheiros” conseguiram uma subvenção, com a condição de empregarem três presos em um ano. Portanto, é subvenção com condição. A contabilização fica assim:

- D – Caixa/bancos (Ativo)
D – Ajuste a valor presente (Retificadora do Passivo não circulante)
C – Subvenção a pagar (Passivo não circulante)

O prazo para pagamento da subvenção é de três anos, assim fica no Passivo não circulante e deve ser ajustado a valor presente.

Após um ano, a empresa não consegue cumprir a condição. Portanto, não poderá transferir o valor do passivo para o resultado.

Dessa forma, o valor da subvenção permanecerá no Passivo não Circulante, sendo ajustado a valor presente.

Gabarito → C

15. **(FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014)** Em 01/01/2013, uma empresa apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial: Caixa: R\$ 10.000,00 Estoques: R\$ 200.000,00 Terreno: R\$ 30.000,00 Capital Social: R\$ 240.000,00 No mês de janeiro, a empresa vendeu metade de seu estoque por R\$ 160.000,00, o que é considerado relevante. Do valor, metade será recebida em 30 dias, e a outra metade, em 60 dias. A empresa considera a taxa para desconto a valor presente de 4% ao mês. Além disso, estima o risco de inadimplência de 2%. Considerando que essa foi a única transação de janeiro, o valor do Patrimônio Líquido da empresa em 31/01/2013, de acordo com a legislação societária, era, aproximadamente, de

- (A) R\$ 56.800,00.
- (B) R\$ 287.688,00.
- (C) R\$ 287.870,00.
- (D) R\$ 290.888,00.
- (E) R\$ 296.800,00.

Comentários:

O gabarito preliminar foi a letra C.

Apresentamos, a seguir, o cálculo da Doute Banca:

Receita a valor presente (arredondando centavos):

$$\begin{aligned} 30 \text{ dias} &= \$80.000 / 1,04 = \$ 76.923,00 \\ 60 \text{ dias} &= \$80.000 / (1,04 \times 1,04) = \$ 73.965,00 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Receita total: } & \$ 76.923,00 + \$ 73.965,00 = \$ 150.888,00 \\ (-) \text{ Custo mercadoria vendida: } & (\$ 100.000,00) \\ (-) \text{ Ajuste para perdas com clientes } & (\$ 3.018,00) \end{aligned}$$

$$\text{Resultado } \$ 47.870,00$$

$$\text{Patrimônio Líquido: } \$240.000,00 + \$ 47.870,00 = \$ 287.870,00$$

Portanto, letra B.

Ocorre que esse cálculo é válido apenas se a venda ocorresse no dia 31 de janeiro.

Se a venda ocorresse, por exemplo, no dia 01/01/2013 (única data mencionada na questão), no dia 31/01/2013 a primeira parcela já teria sido recebida (30 dias após a venda), e os juros referentes ao mês de janeiro deveriam ser apropriados ao resultado, o que iria alterar o valor do Patrimônio Líquido.

A questão menciona que "No mês de janeiro, a empresa vendeu metade do seu estoque...". Mas em que dia ocorreu a venda?

Se foi em qualquer outro dia que não o dia 31/01/2013, a empresa deveria apropriar ao resultado o valor dos juros transcorridos em janeiro. Assim, a venda em 15/01/2013 (por exemplo) iria ocasionar a apropriação do resultado de juros no valor de \$ 2.988,00, o que alteraria o valor do Patrimônio Líquido: $\$150.888 \times (\text{Raiz quadrada de } 1,04) = \$ 2.988$.

Caso a questão solicitasse "O valor do Patrimônio Líquido no momento inicial da venda" ou mencionasse que a venda ocorreu no dia 31/01/2013, o problema nessa parte do enunciado seria resolvido.

Mas, tendo em vista a redação do enunciado, solicitamos a ANULAÇÃO da questão, por não informar o dia da venda, o que é essencial à resolução.

Há outro problema nessa questão, que passamos a analisar a seguir.

A questão informa que "...estima o risco de inadimplência de 2%".

E considera, na resposta preliminar, o Ajuste para Perdas Prováveis com Clientes no valor de \$3.018,00.

Se a empresa tivesse muitos clientes, o cálculo poderia ser aceito.

Mas o enunciado informa que "essa foi a única transação de janeiro".

Assim, a empresa tem UM cliente, com 2% de possibilidade de risco de inadimplência e 98% de chance de quitar seu débito.

Nessa situação, não tem o menor sentido constituir o ajuste. Ou bem o único cliente paga ou bem o único cliente não paga o débito.

Como o risco de inadimplência do único cliente é pequeno (2%), o ajuste não deve ser contabilizado, sob pena de constituir "reserva oculta", incompatível com a neutralidade da informação contábil, conforme o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC (R1):

"A característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a

neutralidade. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.”

Nesse caso, considerando que a venda ocorreu em 31/01/2013 e sem constituir o ajuste para perdas, a resposta seria a letra E.

Apesar dos erros de enunciado da questão, a Turrone Banca não aceitou os recursos e manteve o gabarito.

Gabarito → C.

16. **(CESPE/Contador/ANTAQ/2014)** O ajuste a valor presente de venda a longo prazo enseja redução na conta de receita bruta de vendas.

Comentários:

O item está correto! O lançamento na venda é o que se segue (exemplo da aula):

D – Contas a Receber (RLP)	50.000
D – Despesa com ajuste a valor presente (Resultado)	18.914
C – Ajuste a VP (ANC – Realizável a LP)	18.914
C – Receita de Vendas (resultado)	50.000

Gabarito → Correto.



17 QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

1. **(FCC/TCM GO/ACE/2015)** Em 01/12/2013, uma empresa constituída na forma de sociedade por ações realizou as seguintes transações de vendas de mercadorias:

– Venda à vista: R\$ 400.000,00.

– Venda a prazo no valor de R\$ 598.073,74 que será recebido 18 meses após a data da venda.

A taxa de juros vigente na data da venda era 1% ao mês e se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 900.000,00.

Sabendo que o financiamento a clientes não é uma atividade operacional da empresa e de acordo com as normas contábeis vigentes, a empresa reconheceu na Demonstração do Resultado de 2013, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2013:

- A) Receita de Vendas = R\$ 998.073,74, apenas.
- B) Receita de Vendas = R\$ 900.000,00, apenas.
- C) Receita de Vendas = R\$ 998.073,74 e Receita Financeira = R\$ 5.980,74.
- D) Receita de Vendas = R\$ 900.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.000,00.
- E) Receita de Vendas = R\$ 500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.000,00.

2. **(FCC/SEFAZ PI/Auditor/2015)** A Cia. Vende & Recompra adquiriu, em 30/04/2014, mercadorias para serem comercializadas. Em função de sua situação financeira, a Cia. fez essa aquisição a prazo, para pagamento em 30/06/2016. O valor a ser pago na data do vencimento é R\$ 380.000,00, mas se a Cia. tivesse adquirido estas mercadorias à vista teria pagado R\$ 330.000,00. Em 20/05/2014, a Cia. Vende & Recompra vendeu 80% dessas mercadorias por R\$ 820.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/07/2016. Se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pagado R\$ 730.000,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que o resultado bruto com vendas que a Cia. Vende & Recompra reconheceu, na data da venda, foi, em reais,

- A) 400.000,00.

- B) 466.000,00.
- C) 516.000,00.
- D) 426.000,00.
- E) 556.000,00.

3. **FCC/TCM RJ/Auditor/2015)** Um lote de mercadorias para comercialização foi adquirido a prazo em 30/09/2014 pelo valor de R\$ 1.900.000,00, para pagamento em dezembro de 2015. Se a compra fosse realizada à vista, o preço de aquisição teria sido R\$ 1.200.000,00. No mês de outubro de 2014 a empresa realizou a venda de 70% dessas mercadorias pelo valor de R\$ 1.500.000,00, para recebimento em novembro de 2015. Se a venda das mercadorias tivesse sido feita à vista o preço de venda seria R\$ 1.000.000,00. Em 31/12/2014 o valor que a empresa deveria pagar para o fornecedor era R\$ 1.250.000,00 e o valor que seria cobrado do cliente era R\$ 1.300.000,00.

Nesse caso, a empresa reconheceu, no resultado de 2014, Resultado Bruto com Vendas no valor de

- a) R\$ 170.000,00.
- b) R\$ 660.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 50.000,00, apenas.
- c) R\$ 160.000,00; Receita Financeira = R\$ 300.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 50.000,00.
- d) R\$ 330.000,00 (prejuízo) e Receita Financeira = R\$ 300.000,00, apenas.
- e) R\$ 160.000,00, apenas.

4. **(FCC/TCE-CE)Auditor/2015)** A empresa Comercial de Produtos Populares S.A. adquiriu, em 31/10/2013, mercadorias para serem comercializadas. A aquisição foi realizada a prazo para pagamento em junho de 2015 e o valor a ser pago na data do vencimento é R\$ 980.000,00, mas se a empresa tivesse adquirido estas mercadorias à vista teria pagado R\$ 800.000,00. Em 30/11/2013, a Comercial de Produtos Populares S.A. vendeu 50% dessas mercadorias por R\$ 700.000,00, para serem recebidos integralmente em julho de 2015. Se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista a empresa venderia por R\$ 480.000,00. Sabe-se que, se a empresa fosse liquidar a dívida com o fornecedor em 31/12/2013 pagaria R\$ 808.000,00 e se o cliente antecipasse o pagamento do valor da venda nesta data a empresa receberia R\$ 489.600,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a Comercial de Produtos Populares S.A. reconheceu, no resultado de 2013,

- A) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 210.000,00.
- B) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 300.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 8.000,00.

C) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 80.000,00; Receita Financeira = R\$ 9.600,00 e Despesa Financeira = R\$ 8.000,00.

D) Resultado Bruto com Vendas = -R\$ 10.000,00 (prejuízo) e Receita Financeira = R\$ 9.600,00.

E) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 81.600,00.

5. **(FCC/TRT 16/Contabilidade/2014)** A Cia. Longo Prazo realizou, em 31/12/2013, uma venda no valor total de R\$ 400.000,00. Recebeu R\$ 100.000,00 à vista e o restante será recebido em 30/04/2015, embora o prazo normalmente concedido pela empresa fosse de 120 dias. Se o cliente tivesse efetuado a compra à vista, ele pagaria R\$ 345.000,00. Com base nestas informações e na regulamentação vigente, a Cia. Longo Prazo reconheceu, no momento da venda, uma receita de vendas de

F) R\$ 100.000,00.

G) R\$ 345.000,00.

H) R\$ 400.000,00.

I) R\$ 400.000,00 e uma despesa financeira de R\$ 55.000,00.

J) R\$ 345.000,00 e uma receita financeira de R\$ 55.000,00.

6. **(FCC/TCE GO/ACE/2014)** Considerando as normas pertinentes ao ajuste a valor presente, as características abaixo estão sujeitas à mensuração prevista na norma:

I. a transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido, cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos.

II. o reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos.

III. o conjunto particular de fluxos de caixa estimados, claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Está correto o que se afirma em

A) **I, II e III.**

B) **I**, apenas.

C) **II**, apenas.

D) **III**, apenas.

E) **I e II**, apenas.

7. **(FCC/MPE PB/Analista Ministerial/2015)** Para que ativos e passivos sejam ajustados a valor presente eles devem:

I. Ser uma transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data igual a da data do reconhecimento desses elementos.

II. Ter reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares e empregar método de alocação de descontos.

III. Ser um conjunto particular de fluxos de caixa exatos e claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) **II.**
- b) **I.**
- c) **III.**
- d) **I e II.**
- e) **II e III.**

8. **(FCC/Analista Contábil/DPE/RS/2013)** A empresa Vende Tudo SA realizou, em 31/12/2012, uma venda no valor total de R\$ 120.000,00. A condição de recebimento pactuada com o cliente foi R\$ 40.000,00 à vista e o restante (R\$ 80.000,00) para ser recebido em 31/10/2014, embora o prazo normalmente concedido pela empresa fosse de 90 dias. Sabe-se que se o cliente efetuasse a compra à vista, ele pagaria, no total, R\$ 106.000,00 (valor presente). Com base nestas informações e na regulamentação vigente, no momento da venda a empresa deve reconhecer receita de venda de

- (A) R\$ 106.000,00.
- (B) R\$ 120.000,00.
- (C) R\$ 106.000,00 e receita financeira de R\$ 14.000,00.
- (D) R\$ 120.000,00 e despesa financeira de R\$ 14.000,00.
- (E) R\$ 120.000,00 e despesa financeira a apropriar de R\$ 14.000,00.

9. **(FCC/Auditor Fiscal/ISS SP/2012)** O auditor da empresa Ômega S.A. constatou que os valores registrados em Contas a Receber no Circulante tinham seus valores ajustados a valor presente e que os valores registrados em Contas a Receber, no Não Circulante, apresentavam os seus valores sem o ajuste a valor presente. Essa situação poderia ser validada pelo auditor

(A) se os contas a receber o Circulante e no Não Circulante possuírem encargos financeiros embutidos que gerem ajustes significativos.

(B) visto que não há regra para realização do ajuste a valor presente, podendo a entidade avaliar o impacto nas demonstrações contábeis.

(C) se os valores registrados no contas a receber forem significativos e os valores registrados no Não Circulante não tiverem encargos financeiros embutidos.

(D) se as vendas registradas no curto prazo forem feitas com as mesmas condições de venda a vista e no longo prazo as vendas não causarem ajustes relevantes.

(E) visto que as contas a receber registradas no Circulante devem ser sempre ajustadas a valor presente e as registradas no Não Circulante não podem ser ajustadas.

10. **(FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS/SP /2013)** NÃO é uma conta que deve ser ajustada a valor presente:

- A) Provisão para passivo previdenciário.
- B) Contas a receber não circulante, com juros.
- C) Contas a pagar não circulante, indexado.
- D) Empréstimos concedidos com juros prefixados de longo prazo.
- E) Adiantamento em dinheiro para recebimento em bens.

11. **(ICMS SP/2009/FCC)** Uma empresa tem inscrito um saldo relevante em seus ativos, na conta valores a receber. Nesse caso, a empresa deverá

- (A) ajustar os recebíveis a valor presente, lançando os ajustes a valor presente em conta de despesa financeira.
- (B) provisionar o ajuste a valor presente, criando uma retificadora da conta que originou a operação inicial.
- (C) ajustar os recebíveis pela taxa Selic, lançando o valor do ajuste em conta de Patrimônio Líquido.
- (D) calcular proporcionalmente o valor do desconto a valor presente mediante aplicação de taxa média anual praticada pela empresa e creditar direto no saldo de recebíveis.
- (E) ajustar os recebíveis, calculando seu valor presente e registrando-o em conta de receita financeira.

12. **(CESPE/Contador/TCE/RO/2013)** Os direitos decorrentes de vendas a prazo classificados no ativo realizável a longo prazo estão sujeitos a ajuste a valor presente, cujo efeito contábil é a redução simultânea do ativo e do resultado da empresa detentora desses direitos.

13. **(CESPE/CADE/Contador/2014)** Com base no pronunciamento técnico de ajuste a valor presente, do CPC, julgue o item subsequente.

O desconto a valor presente é requerido no caso de passivos contratuais, devendo a taxa de desconto considerar o risco de crédito da entidade. Quanto aos passivos não contratuais, não ocorre a apuração do valor presente apesar do seu registro como provisões futuras.

14. **(FGV/DPE RJ/Técnico superior/Ciências Contábeis/2014)** Um grupo de pessoas resolveu dar início a um negócio utilizando a Internet. Os companheiros, agora sócios da mais nova ".com" do território nacional foram ousados e com menos de 2 anos já haviam realizado I.P.O. na bolsa de valores.

O nome fantasia escolhido diz tudo sobre a empresa: Doefácil Brasil.

Para construir sua sede, a empresa contou com aporte de recursos do governo no montante de R\$ 1,5 mil. O recurso foi depositado na conta da empresa em uma única parcela, no ato da assinatura do termo de subvenção. O governo brasileiro entendeu que a atividade da empresa seria benéfica para a economia local e adicionou uma cláusula condicional ao contrato para estimular o seu crescimento.

Caso não cumpra a decisão, o pagamento do empréstimo acontecerá ao final de 36 meses, em cota única. Em síntese, caso conseguisse empregar 3 presos condenados pela Justiça ao regime semiaberto no prazo de 1 ano, receberia perdão da dívida. O contrato foi celebrado com taxas de juros de 3% ao mês.

Ocorre que a empresa ainda aguarda a decisão do Juiz sobre a oferta de emprego ao terceiro condenado. Entretanto, o prazo dado pelo governo para cumprir a condição de geração de empregos venceu ontem. Assim, sobre os recursos provenientes dessa transação, as demonstrações contábeis da Doefácil, hoje deveriam reportar

- (A) uma nota explicativa informando que seu corpo jurídico aconselhou que o passivo não foi reconhecido por julgar que ainda é possível o perdão da dívida.
- (B) R\$ 1,5 mil em seu passivo circulante, mensurado a valor justo.
- (C) um passivo não circulante, ajustado ao valor presente.
- (D) um ativo imobilizado decorrente da aplicação do montante de R\$ 1,5 mil, acompanhado de conta redutora da respectiva subvenção governamental.
- (E) uma perda de R\$ 1,5 mil em seu resultado, decorrente do descumprimento da condição colocada para subvenção governamental.

15. **(FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014)** Em 01/01/2013, uma empresa apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial: Caixa: R\$ 10.000,00 Estoques: R\$ 200.000,00 Terreno: R\$ 30.000,00 Capital Social:

R\$ 240.000,00 No mês de janeiro, a empresa vendeu metade de seu estoque por R\$ 160.000,00, o que é considerado relevante. Do valor, metade será recebida em 30 dias, e a outra metade, em 60 dias. A empresa considera a taxa para desconto a valor presente de 4% ao mês. Além disso, estima o risco de inadimplência de 2%. Considerando que essa foi a única transação de janeiro, o valor do Patrimônio Líquido da empresa em 31/01/2013, de acordo com a legislação societária, era, aproximadamente, de

- (A) R\$ 56.800,00.
- (B) R\$ 287.688,00.
- (C) R\$ 287.870,00.
- (D) R\$ 290.888,00.
- (E) R\$ 296.800,00.

16. **(CESPE/Contador/ANTAQ/2014)** O ajuste a valor presente de venda a longo prazo enseja redução na conta de receita bruta de vendas.

18 GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

QUESTÃO	GABARITO
1	D
2	B
3	C
4	C
5	B
6	A
7	D
8	A
9	C
10	E
11	A
12	C
13	E
14	C
15	C
16	C